

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ (CCCO-UFMA)
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ALAINE DO NASCIMENTO DA SILVA

**FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA**

CODO-MA

2023

ALAINE DO NASCIMENTO DA SILVA

**FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA**

Artigo apresentado à Coordenação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências de Codo, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Santos Costa

CODÓ-MA
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Alaine Do Nascimento Da.

Formação do Pedagogo para a Educação Especial : UM
Estudo de Revisão Sistemática / Alaine Do Nascimento Da
Silva. - 2023.

22 p.

Orientador(a): Otávio Santos Costa.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Codó, 2023.

1. Educação Especial. 2. Formação de Pedagogia. 3.
Formação Inicial. I. Santos Costa, Otávio. II. Título.

ALAINE DO NASCIMENTO DA SILVA

**FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UM ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA**

Artigo apresentado à Coordenação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências de Codo, como requisito para obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Santos Costa

Aprovado em: 20/07/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Otávio Santos Costa (UFMA)
Orientador

Prof. Dr. Samuel Correa Duarte (UFMA)

Profª.Ma. Eduarda Megumi Kawase (UFSCar)

**CODÓ-MA
2023**

RESUMO

Com as leis que asseguram a inclusão dos alunos público alvo da educação especial no ensino regular, provocou uma reorganização no âmbito escolar. Com isso, o professor se torna o principal profissional para trabalhar com esses alunos, baseado nisso, essa pesquisa possibilitará uma discussão sobre teses e dissertações encontrados em relação à temática investigada, como os cursos de pedagogia tem formado os licenciandos para a inclusão e refletir sobre o que os autores têm discutido sobre o assunto. A presente pesquisa se caracteriza como uma revisão sistemática de literatura, onde se buscou identificar o que tem sido abordado sobre o tema. Os resultados obtidos durante a pesquisa, apontam que a uma carência em alguns cursos no que diz respeito ao oferecimento de mais disciplinas relacionadas com a educação especial, bem como a falta de estágios nessa área.

Palavras-Chaves: Formação Inicial; Formação de Pedagogia; Educação Especial

ABSTRACT

With the laws that ensure the inclusion of students target audience of special education in regular education, caused a reorganization in the school environment. With this, the teacher becomes the main professional to work with these students, based on this, this research will enable a discussion about theses and dissertations found in relation to the theme investigated, as the pedagogy courses have formed the graduates for inclusion and reflect on what the authors have discussed on the subject. The present research is characterized as a systematic literature review, where we sought to identify what has been addressed on the topic. The results obtained during the research, point out that a lack in some courses with regard to offering more disciplines related to special education, as well as the lack of internships in this area.

Keywords: Initial Training; Pedagogy Training; Special Education

INTRODUÇÃO

A Declaração de Salamanca, foi um marco para a educação especial, publicada durante a Conferência Mundial em educação Especial, que foi realizada na Espanha, organizada com a cooperação da UNESCO, de 7 a 10 de junho de 1994. A referida declaração é regida sobre princípios, políticas e Práticas nas Áreas da educação especial (UNESCO,1994) onde dispõe compromisso de educação para todos, e defende que as crianças com necessidades educacionais especiais¹ devem ser incluídas em rede de ensino regular. Além disso, a declaração dispõe proposições as organizações e governos a serem seguidas em suas políticas públicas para a efetivação do trabalho com esse alunado.

A partir da Declaração de Salamanca, o Brasil, seu signatário, posteriormente promulgou a lei de diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB de N° 9.394, 20 De dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe em seu em seu Capítulo V, a definição de educação especial e estabelece as condições de seu oferecimento:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. ([Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013](#))

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função 22 das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018](#))

Também a referida lei dispõe que os sistemas de ensino devam assegurar currículos, métodos, recursos, organização para atendimento especial desses alunos. Onde também dispõe em seu capítulo V, artigo 59, “[...] professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL,1996).

Sobre as diretrizes Nacionais para a educação Básica, a resolução CNE/CEB nº 2/2001, onde a presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de

¹ Expressão utilizada na época, hoje, de acordo com a PNEE-EI nos referimos ao Público Alvo da Educação Especial, composto por pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

alunos público alvo da educação especial , na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, estabelece que: Art. 2º “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”

A resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, dispõe sobre as instituições para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura e educação plena, onde em seu artigo 6º “§ 3º estabelece que as instituições de ensino superior devam contemplar em sua organização curricular proporcionar debates sobre a diversidade e conhecimento das especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais .” (BRASIL,2002)

Ainda no ano de 2002, a Língua Brasileira de Sinais, através da lei nº 10.436/02 a reconheceu como meio legal de comunicação e expressão, assim também a garantia de seu uso e difusão e que seria inclusa a disciplina de Libras nos cursos de formação de professores.

Em 2003 se tem a criação do Programa educação Inclusiva: Direito à diversidade, foi instituído pelo ministério de educação, onde tinha o objetivo de fornecer apoio aos gestores e educadores, para os sistemas educacionais de ensino, em sistemas inclusivos.

No Ano seguinte, teve a divulgação do documento: O Acesso de Alunos com Deficiência as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, onde reafirma o direito e os seus benefícios da escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais em turmas comuns do ensino regular.

Visando a inclusão dos alunos surdos, o Decreto de nº 5.626/05 dispõe que a libras seja incluída como disciplina curricular, a formação e certificação do professor, instrutor e tradutor/interprete de libras, a língua portuguesa como a segunda língua para os alunos surdos e também que no ensino regular houvesse uma organização da educação bilingue.

Em 2005, houve a implementação dos núcleos de atividades das altas Habilidades/Superdotação- NAAH/S, em todos os estados e distrito federal, que teve como objetivo oferecer suportes aos profissionais e professores da rede de ensino.

Foi Aprovada pela ONU em 2006, A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que em seu artigo 24 dispõe sobre a educação “Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito

sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida”.

Ainda sobre as resoluções, em 2006 é lançada a resolução CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, onde estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia licenciatura, pouco contempla especificamente sobre a educação especial, no seu Art. 5° menciona, O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (CNE/CP nº01,2006).

Já no ano de 2007, é lançado o Plano de desenvolvimento da educação, onde se tem como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a formação docente educacional especializada e a implantação de salas de recursos.

E em 2008, é lançado a Política Nacional de Educação Especial na ‘Perspectiva da educação inclusiva, tendo como objetivo assegurar a inclusão de alunos público alvo da educação especial.

Já em 2015, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que constitui a LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, onde é destinada a assegurar e promover o direito de igualdade dos direitos e promover a igualdade, no que diz respeito a educação e a formação docente, a referida lei dispõe em seu capítulo IV a “inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento”.

Com base nessa breve abordagem sobre as resoluções que asseguram os direitos aos Alunos público alvo da educação especial, entende-se que é um processo recente e que necessita de vários aspectos para sua implementação, implicando, "portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e dos próprios sistemas educacionais, entendendo-se perpassando-se por toda a estrutura social global e local" (GLAT, 2007, p.21). Além dos fatores sobre a estrutura física, deve levar em consideração também a formação Inicial e continuada dos docentes, que até o final dos anos 60 cabia aos próprios professores buscar conhecimento no seu exercício profissional, com o contato com seus alunos ou em cursos que eram oferecidos por instituições especializadas. E no início dos anos de 1970 a educação especial passa a ser integrada nos cursos de pedagogia, com a criação das habilitações e

áreas específicas de deficiência. (EVANGELSITA, 2019)

Frente a essas diretrizes que estabelece o direito dos alunos público alvo da educação especial, entende-se que o professor deva ter uma formação de qualidade, principalmente a inicial, pois ali que provém o primeiro contato com os estudos sobre a sua formação. "Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos Alunos público alvo da educação especial sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativa e auxiliar, sejam preparados para atender-se adequadamente. (Brasil 2001, p.128).

Desta forma, compreende-se que a falta de uma boa formação docente acarretará a dificuldade para o professor, visto que na prática, o professor se torna elemento fundamental para efetivação do trabalho com seus educandos. "Em suma, é sobre os ombros deles que se repousa, no fim das contas, a missão educativa da escola" (TARDIF,2002, p.228). Para Byerr (2005) a formação docente deve abranger os fundamentos conceituais aspectos pedagógicos, sendo, metodologia de ensino, avaliação, terminalidade escolar, recursos didáticos, aprendizagem de aluno com necessidades especiais. Segundo Tardif (2002), os conhecimentos docentes são plurais, se constitui desde o início da sua formação e vai ser aprimorando ao longo de sua vida profissional.

Em linhas Gerais é preciso que os professores tenham oportunidade que viabilize novas formas de pensar e fazer, para atender as diferentes crianças e seus ritmos de aprendizagem. Por mais que se defenda a impossibilidade de uma formação que possa dar conta de preparar o professor para trabalhar com a diversidade, devido ela ser muito ampla, ainda assim é necessário que ela garanta condições necessárias para um trabalho que seja produtivo.

Estudos realizados por Campos (2008), Mendes (2006) e Tartuci (2012) mostram que muitos professores não se sentem preparados para atuar na educação especial, pois não tiveram preparação durante sua formação. Mas essa formação insuficiente pode estar ligada às instituições formadoras, sejam públicas ou privadas. É necessário que as formações iniciais ou continuadas devam ter o intuito de ampliar o conhecimento dos professores, para que possam refletir sobre suas práticas, é preciso também que os docentes possam ter noção de que o conhecimento não é algo estático, pronto ou acabado.

A formação de professores dos cursos de pedagogia deve contemplar conhecimentos gerais e específicos de atuação da área, também deva sempre ter a relação com o teórico e prático, disciplinas e conteúdo no currículo que são específicas com a temática "Entendemos que a formação, necessariamente, deve se situar na articulação

entre os debates teórico-práticos gerais e as dimensões singulares e particulares de cada espaço e sujeito” (JESUS, ALVES. 2011,26). Não assegurar investimentos para uma boa formação docente, seja ela Inicial ou continuada, somente constar na lei não é garantia para que de fato se efetua essa formação impossibilitando assim a concretização dos pressupostos legais, e em muitos casos os professores optam por não trabalhar com alunos público-alvo da Educação Especial. (EVANGELISTA, 2019)

Entende-se como essencial que haja políticas públicas de caráter pedagógica, recursos financeiros, estrutura físicas e ações que promovam formações adequadas aos professores para assegurar uma educação de qualidade. diante do exposto, o presente estudo procurou investigar o que se tem discutido na literatura científica sobre a formação inicial dos cursos de pedagogia para e efetivação da inclusão escolar.

DESENVOLVIMENTO

Com esse breve levantamento sobre educação especial, nota-se que nem sempre houve leis que garantissem acesso desses alunos nas escolas, mas com o passar dos anos, foram promulgadas leis, nas quais garantiam-lhe os direitos inclusão escolar, nota-se também a criação de leis que garantissem aos profissionais da educação, uma formação mais adequada para atender esses alunos em suas classes. Com base nisso, o enfoque desse trabalho discute acerca da formação de inicial do pedagogo capacitados para inclusão escolar desses educandos. Foi usado um percurso metodológico que busca trabalhos relacionados ao tema proposto neste artigo, ou seja, teses e dissertações que discutem a formação do pedagogo sobre a perspectiva da inclusão escolar.

A lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 que aprovou o Plano Nacional de Educação no seu item três, subitem 8 que é relacionado com a educação especial, o referente plano recomenda que seja incluído conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos público alvo da educação especial nos currículos dos professores.

Com base nessa resolução mencionada, a um grande aspecto na qual deve ser levado em conta, que é o desenvolvimento de competência, pois trabalhar com alunos que sejam da Educação Especial, exige que se tenha conhecimento teóricos e práticos para que o professor tenha uma boa prática educativa, MITTLE (2003, p.34) afirma que:

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o

gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

Dessa forma, não é simplesmente receber esses alunos na sala de aula, assim ficaria como uma integração, mas também ter uma modificação na forma de ministrar as aulas, de uma boa qualificação no corpo docente para trabalhar com esses alunos. Essa mudança implica que o aluno tenha acesso e sucesso na aprendizagem, Bueno (1999, p.153) ressalta que: “da simples inserção de alunos deficientes, sem qualquer tipo de apoio ou assistência aos sistemas regular de ensino, pode redundar em fracasso, na medida em que estes apresentam problemas graves de qualidade, expressos pelos altos níveis de repetência, de evasão, e pelos baixos níveis de aprendizagem.”

Quando se refere à inclusão escolar, não se pode negar que: “ocorreram avanços importantes em relação à formação de professores no Brasil, não apenas em termos de legislação, mas também em relação à produção do Conhecimento acadêmico voltado para o tema” (PLETSCH, 2009, p. 144), ainda existe carências na formação de professores nessa perspectiva, mesmo que tenha algum componente curricular em relação à educação especial não se encontra devidamente preparados (VITALIANO, VALENTE, 2010).

Na dissertação que tem como título “Processo formativos e políticas educacionais na perspectiva da inclusão: elementos para reflexão”, Santiago (2018) traz uma discussão acerca da reflexão e valorização do professor pautada na educação inclusiva, mais especificamente sobre políticas de educação especial na perspectiva da inclusão em educação.

A pesquisa discorre sobre o avanço que teve em relação a inclusão de alunos com deficiência dentro da sala de aula, visto que os sistemas de ensino não se preocupavam com esse grupo de alunos, com isso, os alunos com deficiência passaram a ser inseridos num espaço social além da família.

Porém de acordo com a autora, uma escola inclusiva nunca existiu, fica então uma incerteza de que se as escolas de fato estão preparadas para efetivar o direito essas crianças entre da sala de aula. A autora menciona Beyer (2013) que segundo ele, por mais que tenha acontecido mudanças, essas escolas ainda carecem de melhoria, fazendo assim que essas crianças não tenha um total suporte pedagógico adequado, com isso alguns aspectos voltados para a inclusão foi mencionada, mas o foco do artigo é voltado para as práticas docentes na perspectiva da inclusão.

A autora defende que os professores tenham oportunidade de formação que os

norteiam para novas formas de pensar e agir, levando em consideração a diversidade existente em sala de aula, caso contrário, o mediador conduzirá de forma equivocada suas práticas, aumentando assim processos de exclusão. Assim sendo, “(...) o mediador precisa adequar seus meios de intervenção ao grau de comprometimento da criança, buscando atingir o melhor resultado possível dentro das limitações apresentadas” (CAMARGOS JÚNIOR, 2017, p. 106).

Segundo a autora, se defende a impossibilidade de que uma formação possa dar conta da preparação integralmente desses docentes, devido a diversidade em sala de aula (GATTI, 2003, NOVOA, 2017, FREIRE, 1996) porém, é preciso que essa formação garanta bases para prática pedagógicas eficazes.

O artigo intitulado: “Os professores e a educação inclusiva: Identificação dos fatores necessários à sua implementação” (ANDRADE, 2005), foi baseado em uma coleta de informação que se deu por uma entrevista com três professoras com experiência na educação inclusiva, a pesquisa se dividiu em três categorias para indicar fatores considerados necessários para a implementação da educação inclusiva ligados aos professores. As três etapas se deram pelos fatores relativos ao professor, a fatores interescolares e fatores sociais.

Em dissertação intitulada “Formação e atuação de professores de alunos com deficiência”, Evangelista (2019) investiga a formação e a atuação de professores que atuam com alunos com deficiência. Com base na investigação, a autora aponta aspectos na formação Inicial como pouco contributiva para a atuação dos participantes de sua pesquisa. A autora retrata de que existem poucos estudos voltados para a formação de professores de classe comum, e de não retratar a temática em relação entre a educação especial e o ensino comum.

Dito isto, os textos descritos anteriormente denotam que houveram avanços quanto a educação inclusiva, mas ainda assim necessita de outras mudanças para que a inclusão de fato ocorra. Também defendem que os professores tenham uma formação adequada, os norteando para prática pedagógicas eficazes e por fim, apresenta a falta de aspectos que favoreçam a formação inicial, resultando assim uma lacuna quanto a essa formação. Com isso, é apresentado que os cursos necessitam de mudanças, porém não trazem as ideias de como isso possa ocorrer. Baseado nisso, essa pesquisa possibilitará uma discussão sobre teses e dissertações encontrados em relação à temática investigada, como os cursos de pedagogia tem formado os licenciandos para a inclusão e refletir sobre o que os autores têm discutido sobre o assunto.

METODOLOGIA

O presente estudo se deu por uma pesquisa qualitativa caracterizada como a revisão sistemática na perspectiva de Costa e Zotowski (2014)., refere-se ao processo de reunião, avaliação crítica e sintética de resultados de múltiplos estudos, podendo ou não incluir uma Metanálise (CORDEIRO et al, 2007 apud COSTA; ZOTOWSKI, 2014).

A revisão sistemática é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada. O seu resultado não é uma simples relação cronológica ou uma exposição linear e descritiva de uma temática, pois a revisão sistemática deve se constituir em um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado (RIOS; CASAL, 2009) para uma revisão bem sucedida, o trabalho se baseou nos oito passos de Costa e Zoltowski (2014).

A revisão sistemática conta com 8 passos para a realização da pesquisa, passos esses que serão descritos a seguir: 1- delimitação da questão a ser pesquisada; 2- escolha das fontes de dados; 3- eleição dos descritores para a busca; 4- busca e armazenamento dos resultados; 5- seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão; 6- extração dos dados dos artigos selecionados; 7- avaliação dos estudos; 8- síntese e interpretação dos dados

Com a questão da pesquisa já delimitada, foi escolhida como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD e com os seguintes descritores “Curso de Pedagogia; Inclusão Escolar; Formação Inicial”

Os descritores utilizados para a busca foram: *Formação Inicial, Formação de Pedagogia e Educação Especial*, com base nisso foi possível encontrar 183 trabalhos entre teses e dissertações, ao ser lido os títulos e resumos foram escolhidos 5 trabalhos que era de acordo com a temática pesquisada. Foi adotado como critério de inclusão trabalhos que fossem de acordo com o a pesquisa e para o critério de exclusão por trabalhos com títulos repetidos e que não fossem de acordo com o tema pesquisado. A seguir, através da Tabela estará descrito as teses e dissertações para o fim de identificação, e com isso, será apresentada uma breve discussão dos trabalhos selecionados.

Tabela 1. Identificação de dissertações e teses dos materiais encontrados por descritores

Título	Autor/Ano	Palavras Chaves	Instituição/ Nível	Link
Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de pedagogia das universidades públicas paulistas.	MACEDO (2010)	Formação Inicial Formação de Pedagogia Educação Especial	Universidade Federal De São Carlos -(UFScar). (Mestrado)	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3066
Inclusão Escolar e Formação Inicial De Professores: A Metodologia Da problematização Como Possibilidade Para A Construção De Saberes Inclusivos	OLIVEIRA (2016)	Formação Inicial Formação de Pedagogia Educação Especial	Universidade Estadual Paulista -(UNESP) (Doutorado)	http://hdl.handle.net/11449/144630
Formação Docente Na Perspectiva Da Inclusão Educacional	FERRO (2017)	Formação Inicial Formação de Pedagogia Educação Especial	Universidade Federal De Sergipe -(UFS) (Mestrado)	http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12512
Pedagogia na UFS: o lugar da educação inclusiva numa realidade excludente	OLIVEIRA (2019)	Formação Inicial Formação de Pedagogia Educação Especial	Universidade federal de Sergipe - (UFS) (Mestrado)	http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11403
Educação inclusiva na formação de pedagogos: um estudo comparado entre instituições de educação superior públicas de minas gerais	FARIA (2020)	Formação Inicial Formação de Pedagogia Educação Especial	Universidade Federal De Minas Gerais -(UFMG) (Mestrado)	http://hdl.handle.net/1843/34707

Na dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em educação especial da Universidade de São Carlos, que tem como Título “Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de pedagogia das Universidades públicas Paulistas” (MACEDO, 2010). A autora investiga de que maneira a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, tem sido contemplada nos cursos de pedagogia das Universidades Estaduais Paulistas, tendo base a resolução CNE/CP N° 1/2006, na qual institui a lei de diretrizes curriculares nacionais para curso de graduação em pedagogia com base no objetivo da pesquisa. Para obtenção de respostas, a Autora optou por analisar os documentos referentes a proposta política pedagógica, a grade curricular e as ementas das disciplinas dos cursos de pedagogia. Essa investigação se deu em três instituições, onde foram aplicados questionários em 6 cursos.

A tese de doutorado, que tem como título “ Inclusão Escolar e Formação Inicial de Professores: a Metodologia da problematização como Possibilidade Para a Construção de Saberes Inclusivos” (OLIVEIRA, 2016) Ocorreu em dois momentos, nos anos de 2013 e 2014 onde o objeto de estudo da pesquisa foi a disciplina “Estudo sobre necessidades educacionais especiais” que é ofertada no sexto período do curso de pedagogia no município de Poços de Caldas, sendo a única disciplina que é relacionada à temática da Educação Especial. Para a realização desta tese, a autora que também é docente da disciplina optou no primeiro momento um estudo exploratório analisando os trabalhos desenvolvidos durante a disciplina evidenciando assim a relevância dela na formação. O segundo momento se deu na análise dos relatórios de estágios, desenvolvidos por seus alunos onde pode observar como foi a experiência dos alunos com o contato com a sala de aula e as escolas especializadas, o estudo foi realizado com 64 alunos da disciplina.

A dissertação apresentada ao programa de pós-graduação intitulada “Formação Docente na Perspectiva Inclusiva Educacional” (FERRO 2017) O autor desenvolveu a sua pesquisa no seu contexto profissional, que é uma escola de rede Estadual de Ensino que fica localizado o município de São Cristóvão, onde ele exerce a função docente. A pesquisa teve como objetivo principal analisar o exercício da docência na Perspectiva da educação inclusiva a partir das entrevistas realizadas com os professores que atuam na escola de ensino público, além dos questionários aplicados com os professores, também foi analisado o PPP da escola.

Na dissertação intitulada “Pedagogia na UFS, o Lugar da Educação Inclusiva Numa Realidade Excludente (OLIVEIRA,2019) Teve como objetivo, investigar de como ocorre a formação de professores na Perspectiva da educação inclusiva nos cursos de

pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, onde o estudo foi realizado em três momentos. No primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico, no segundo momento foi realizado uma pesquisa documental para fazer uma busca em todo o processo legal e formal da implantação e por fim, foram aplicados questionários e entrevistas com discentes e docentes do curso de pedagogia.

Em sua dissertação Faria (2020) quem é intitulada “Educação inclusiva na formação de pedagogos: Um estudo comparado entre instituições de educação superior pública de Minas Gerais” que teve como objetivo principal responder a seguinte questão: “Como as instituições públicas que formam professores para Educação Básica, atendem em seu projeto pedagógico especificamente na matriz curricular, a legislação vigente sobre a educação inclusiva?” Deste modo, procuro investigar a proposta curricular da educação inclusiva do curso de pedagogia nas instituições superiores no estado de Minas Gerais. Para coleta de dados a pesquisa se deu em três momentos, a primeira etapa constitui-se de uma revisão de literatura, a segunda se constituiu de uma pesquisa documental que envolveu levantamento de documentos sobre a legislação de educação inclusiva, dos projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos de pedagogia das três instituições e por fim, a terceira etapa se deu por um estudo de caso com as instituições. No trabalho de Macedo (2010) ao trazer a análise dos cursos de pedagogia das Universidades Paulistas que se deu em três instituições, totalizando nove cursos, porém só três cursos não participaram da pesquisa, a autora buscou analisar como os aspectos que são relacionados à educação especial e educação inclusiva estavam sendo contemplados nos princípios que norteiam o PPP, identificar quantas e quais disciplinas eram oferecidas onde contemplavam a temática da Educação Especial. Os cursos foram analisados a partir da resolução CNE/CP N° 1/ 2006, onde ela é responsável por instruir as leis de diretrizes curriculares para o curso de graduação em pedagogia.

Com base na leitura, somente um dos cursos em seus princípios que os norteiam, apresenta como princípio para a formação do licenciando em pedagogia a perspectiva da educação inclusiva, onde diz que o futuro Professor deva estar preparado para atender e identificar em sua sala de aula estudantes com necessidades educacionais especiais.

Quanto a organização curricular sobre as disciplinas que contemplam conteúdos relacionados à educação especial, todos os cursos oferecem ao menos uma disciplina em sua matriz curricular relacionada à educação especial; onde três cursos oferecem duas disciplinas; um curso oferece três disciplinas; e dois cursos oferece respectivamente quatro e cinco disciplinas relacionadas à educação especial. Com base nas diretrizes que cuja preocupação é de uma formação na qual contemple consciência da diversidade e o

respeito às diferenças, nota-se que os cursos dos quais foram analisados estão de acordo com as diretrizes, pois eles oferecem ao menos um curso que abordam a diversidade. No que diz respeito aos estágios, somente um curso oferece estágio supervisionado em três núcleos de aprofundamento, dentre eles está o estágio em educação especial.

Em sua pesquisa de Mestrado, Oliveira (2016) vai trazer como objeto de estudo a disciplina “Estudo sobre necessidades especiais” onde a mesma é a docente da disciplina, ela é ofertada no sexto período tendo 72 horas/aula e mais 20 horas/aula de estágio supervisionado, os estágios eram realizados em escolas especializadas que atendia o público-alvo da Educação Especial; as escolas de ensino regular e as salas de recursos multifuncionais, assim os licenciados tinham a oportunidade de conhecer e entender esses espaços para melhor desenvolvimento do seu trabalho. Na ementa da referida disciplina consta o seguinte tópico, “Educação inclusiva o aluno com necessidades educacionais especiais a isenção na escola regular; na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental”.

Cabe ressaltar que era ofertada somente a referida disciplina e disciplina de LIBRAS -língua brasileira de sinais no curso de pedagogia que contemplasse a temática da Educação Especial na Perspectiva da inclusão. Para o melhor entendimento, a autora utilizou unidades de análise e categorias onde permitiu investigar O papel do estágio na integração teoria e prática; o trabalho do atendimento especializado; a sala de aula e por fim objetivos e desafios da inclusão, todas as análises foram realizadas com base nos relatórios de Estágios dos discente. Com base na leitura, foi possível observar que as experiências que obtiveram em sala de aula, trouxeram reflexões de como sua formação está sendo limitada ao abordar sobre Educação Especial onde mostra que somente uma disciplina em todos os anos letivos não são suficientes para contemplar tantos assuntos que viabilize as suas ações em sala de aula, fazendo com o que não se tenha uma verdadeira inclusão.

Na dissertação de Ferro (2017) o autor analisa o exercício da docência na Perspectiva da educação inclusiva a partir de professores que estão em escola do ensino público no município de São Cristóvão, também participaram da pesquisa a gestora e a coordenadora pedagógica, onde a pesquisa buscou saber com base em três categorias sobre as representações dos profissionais acerca do processo de inclusão; suas percepções sobre os fatores facilitadores bem como as dificuldades no processo inclusivo e o conhecimento sobre a formação docente inicial.

Segundo o corpo diretivo da escola com base nos relatos disponibilizado na

pesquisa, relatam que as crianças com NEE têm o direito de estar em sala de aula e com isso as escolas não podem discutir ou reclamar e acrescenta que os alunos vão se encaixando na medida do possível, percebe-se por parte da gestão que assume um paradigma de integração não havendo uma inclusão. O corpo diretivo da escola também aponta que os professores se esforçam para ministrar as suas aulas e percebe a necessidade de melhoria em seu trabalho. Em uma das falas da gestora diz que os alunos vão sendo incluídos como pode, percebe-se que a educação inclusiva ainda está em construção onde se tem várias incertezas e no que tange sobre a formação docente para a inclusão educacional, as entrevistadas dizem que em suas formações iniciais não lhe proporcionaram bases para receber os alunos com NEE em suas salas.

Em relação as professoras entrevistadas, somente duas entre sete tiveram alguma disciplina relacionada com a educação especial em suas formações iniciais. Onde se vê mais uma vez a carência dos cursos de pedagogia em formar professores para receberem em suas salas os alunos com NEE, não tendo uma formação ampliada e adequada evidenciando assim práticas pedagógicas não eficaz.

No trabalho de Oliveira (2019) teve o objetivo de investigar a formação de professores no curso de pedagogia da UFS- Universidade Federal de Sergipe, o perfil do curso apresenta uma formação onde o pedagogo saiba propor e superar desafios existentes no âmbito Educacional onde ele não esclarece como isso pode ocorrer na prática, entendesse que o PPP é uma análise e identificação do profissional que deseja formar, com isso o futuro professor precisa saber e saber fazer para responder o que lhe é proposto em sala de aula. O referido curso apresenta somente duas disciplinas obrigatórias no que diz respeito à educação especial que é a disciplina de LIBRAS e fundamentos da educação inclusiva

No que se refere aos entrevistados ao ser lançado a seguinte pergunta, “Como se forma o professor para atuar na Perspectiva inclusiva” 40,68% dos entrevistados coloca como resposta a articulação da teoria com a prática, partindo disso a formação dos futuros pedagogos devam contemplar a teoria e prática no contexto escolar numa perspectiva inclusiva, outras respostas que ficaram em evidência foi que o curso investisse em uma boa base teórica e se investir em formação continuada. Sobretudo com base na última colocação, a autora diz que “Outro ponto a considerar pelos alunos é a necessidade de formação continuada, porém essa formação não pode ser pretexto para suprir lacunas da inicial” (OLIVEIRA,2019, p, 82). Fica evidente que a educação especial precisa ganhar mais espaço no currículo do curso, interessante também que possa ter uma interdisciplinaridade para que outras disciplinas do curso também contempla essa

temática, de acordo com a autora o curso oferecendo somente duas disciplinas não se está formando para incluir

Em sua dissertação, Faria (2020) trouxe uma análise nos cursos de pedagogia de três instituições de nível superior públicas de Minas Gerais, com base na análise dos projetos pedagógicos as três instituições apresentam duas disciplinas obrigatórias que contemplam a temática para a educação especial incluindo a disciplina de LIBRAS. No que se refere ao estágio supervisionados com base na análise, as três instituições de ensino superior não apresentam um estágio supervisionado para aplicar na prática a teoria que foi aprendida sobre educação inclusiva. A pesquisa também foi contemplada com entrevistas, onde os Docentes participaram e nota-se que a fala mais recorrente era falta de um estágio e que todos os docentes tinham uma percepção negativa sobre a educação e inclusão e uma descrença sobre essa relação, argumentaram que os licenciandos sempre os questionavam em relação à carga horária em que somente duas disciplinas eram muito limitadas para abordar os conhecimentos necessários sobre a educação especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a respeito de uma política de inclusão implica refletir sobre a formação inicial docente, pensar em como esses futuros docentes estão sendo formados para trabalhar a inclusão, ao receberem os alunos público alvo da educação especial, o professor precisa rever seu modo de trabalhar, para que esse aluno tenha êxito em sua aprendizagem. Por Tanto, o pedagogo com uma boa formação, saberá como Recber esse aluno em sua sala de aula, vale ressaltar que somente a formação inicial não é capaz de lhe dá todo o suporte necessário, porém ainda sim que lhe garanta um suporte que os auxiliem em suas práticas, Vale ressaltar que o campo de atuação do pedagogo é na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde atuará na base Educacional desses estudantes.

Nos textos descritos anteriormente nota-se a falta quanto à oferta de disciplinas com a temática da Educação Especial e a ausência de Estágios, onde não menciona o porquê de não ter um estágio obrigatório em alguns cursos de pedagogia, bem como a falta de amais disciplinas relacionadas com a temática de educação especial. Por tanto, a uma carência em colocar em prática o que foi apresentado em aulas, a ausência desses estágios torna uma teoria longe da prática tornando uma lacuna na formação inicial. É necessário, garantir uma formação junto com a prática, é preciso professores que saibam lidar com a realidade das salas de aula onde se sintam preparados e motivados, caso contrário não existirá uma formação para a inclusão

Além disso, é importante ampliar a discussão com outras disciplinas dos cursos não tirando o objetivo de cada disciplina, mas havendo uma interdisciplinaridade acerca dos conhecimentos para a prática docente inclusiva. Sabe-se que a função do professor é ensinar, ensinar a todos, independente de suas dificuldades; diferenças e limitações e para ter esse ensino é necessário que o professor precise saber e como fazer.

No entanto somente a formação Inicial não é por si só a garantia de qualidade, não supre todas as demandas que se apresentam em sala de aula, porém ao entrar em uma formação continuada a ideia é que venha a colaborar com os conhecimentos obtidos na formação Inicial e não preencher lacunas deixadas por ela.

Por fim, que as instituições formadoras ofereçam mais atividades; projetos; estágio dentre outras, para que facilite e enriqueça a formação do pedagogo, que obtenha uma base sólida oferecendo segurança quanto às suas ações para assim ter uma inclusão educacional, ainda ressalto que a inclusão não é somente centrada no Professor, mas com o corpo diretivo da escola e os colaboradores da instituição, porém, o professor que atuará diretamente com aluno.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira. Brasília, Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação Básica. Lei Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. CNE/CEB

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. CNE/CP.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 07 de janeiro de 2008.

CASTRO, L., & SANTIAGO, M. C. (2018). **Processos formativos e políticas**

educacionais na perspectiva da inclusão: elementos para reflexão educational processes and policies in the perspective of inclusion: elements for reflection. *RevistAleph*, (31). <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i31.39290>

COSTA, A. B; ZOLTOWSKI, A. P. C. **Como escrever um artigo de revisão sistemática.** In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. de P.; HOHENDORFF, J. V. Manual de Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014, 192 p.

DIAS, M.A.L; ROSA, S.C; ANDRADE, P.F. **Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação.** São Paulo. 2015.

EVANGELISTA, R.R.N, **Formação e atuação de professores de alunos com deficiência.** Catalão, p.166, 07 de maio de 2019

FARIA, Maria. **Educação inclusiva na formação de pedagogos:** um estudo comparado entre instituições de educação superior públicas de minas gerais. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte.2020

FERRO, Marcos. **Formação docente na perspectiva da inclusão educacional.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2017.

GARCIA, M.C.R. **Políticas de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil.** Revista Brasileira de educação, Santa Catarina, V, 18, N.52. jan.-Mar.2013

MACEDO, Natalia. **Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de pedagogia das universidades públicas paulistas.** Dissertação (Mestrado) Universidade federal de São Carlos, São Carlos. 2010

OLIVEIRA, Adriana. **Inclusão Escolar e Formação Inicial de Professores: A Metodologia da Problematização Como Possibilidade da Construção dos Saberes Inclusivos.** Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2016.

OLIVEIRA, Lucineide. **Pedagogia na UFS: o lugar da educação inclusiva numa realidade excludente.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2019

SANTOS, R.A. **Inclusão Escolar: A implementação de política de educação inclusiva no contexto de uma escola pública.** Juiz de fora, p.142, 31 de agosto de 2015

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Geral. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **LEI Nº 13.146, DE JULHO DE 2015**